

SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior*. Campinas: Autores Associados, 1997. 176 p. (Coleção Educação Contemporânea).

Os textos desta coletânea foram produzidos com o propósito de refletir criticamente sobre o sentido da avaliação institucional e da qualidade universitária, no contexto atual das transformações estruturais e no âmbito e do Estado, considerando os processos contraditórios de resistência e/ou adesões acríticas às propostas de avaliação que circulam na cena das atuais políticas para a educação superior brasileira.

Já na Apresentação, o organizador alerta para a pluralidade de enfoques, como convém a uma discussão de alto nível, e para o fato de que "este livro não se atém apenas à crítica ético-política de conceitos e de práticas. A partir do exame de estudos e experiências concretas de avaliação, levantam-se hipóteses, fazem-se sugestões, (...) põe-se a mão na massa, toma-se partido - uma das melhores formas de legitimar-se a participação neste debate cada vez mais exigente" (p.2).

O livro compõe-se de seis capítulos, organizados em uma lógica que tende de análises teóricas mais gerais, passando por reflexões de ordem conceitual e paradigmática acerca da avaliação e da qualidade, até desembocar em relatos de experiências e propostas práticas de possíveis indicadores, que possam nortear processos avaliativos para a universidade brasileira.

No Capítulo I, "Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil", Sguissardi e Silva Jr., em oposição a uma forma simplista de compreender-se as reformas institucionais, combatem o pressuposto administrativo-eficientista de modernização, que sustenta as propostas reformistas no âmbito da educação universitária. Nesse sentido, identificam, nas suas múltiplas relações, as principais características da Reforma da Educação Superior Brasileira e da Reforma Administrativa do Estado, com

base nos principais documentos oficiais, bem como na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os autores imprimem amplo significado a esses processos mediante a análise da atual conformação histórica, que justifica as demandas por inserções e ajustamentos humanos, materiais, político-administrativos e simbólico-culturais da vida nacional, ao novo estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. O sentido é, sobretudo, enfatizar o atrelamento desse processo de reajustamento estrutural-produtivo à necessidade de novos paradigmas de formação de uma nova subjetividade, adequada ao projeto neoracionalista e neofuncionalista da modernidade.

No Capítulo II, "Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior", Sguissardi, preocupado com "(...) o significado de certos modismos que tomam conta de nações, governos, instituições, grupos e indivíduos singulares, com a feição de irrecusáveis dogmas, merecedores de cruzadas heróicas" (p.41), recupera a historicidade do atual processo de

avaliação do ensino superior, remontando ao final da década de 50 e início da década de 60. O sentido desse percurso é questionar o tom de novidade do discurso da modernização e da Filosofia da Qualidade Total, associando-o ao advento de um "neotaylorismo". Entretanto, para além de uma postura crítico-defensiva, o autor não só delinea "princípios, parâmetros ou critérios para avaliar a avaliação no ensino superior" (p.55), como sugere aos interessados na área pontos fundamentais para o aprofundamento de estudos e pesquisas da temática da avaliação no ensino superior.

No Capítulo III, "Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases", Sobrinho, baseando-se em sua experiência de coordenador do processo de avaliação da Unicamp, enquanto pró-reitor de pós-graduação entre 1991 e 1993, vai ressignificar o sentido de avaliação para além da contraposição equivocada entre as dimensões qualitativa e quantitativa. O pressuposto básico é de que "avaliação implica um funda-

mentado conhecimento daquilo sobre o que interrogamos e atribuição de significados aos fatos e, a partir deles, a produção de juízos de valor. (...) A meta da avaliação é julgar o valor. Mas não há um valor absoluto e definitivo" (p.72-74). Nesse sentido, o autor enfatiza o conteúdo ético e político, as especificidades institucionais e o caráter instrumental transformador inerentes a qualquer processo avaliativo diferenciado dos tradicionais modelos oficiais, baseados conceitual e metodologicamente nos pressupostos da "cientometria", que remonta à década de 60. Com ampla fundamentação teórica, todo o texto se desenvolve para indicar outros fundamentos avaliativos, uma vez que "as análises quantitativas, as medidas objetivas, a cientometria, os exames e testes pontuais e somativos, os gráficos, as estatísticas e as listas numéricas são insuficientes e até mesmo perniciosos, se entendidos isoladamente e fora do contexto de sua produção e de sua execução" (p.87).

No Capítulo IV, "A avaliação institucional dos cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão", Greco contribui, significativamente, para pensar processos mais democráticos de avaliação dos cursos de graduação, com base nos princípios da autonomia e da liberdade acadêmica. Considerando a diversidade de posições e concepções inerentes às diferentes modalidades avaliativas, propõe "a necessidade de explicitação das concepções e fundamentos teórico-metodológicos implícitos nas propostas de avaliação" (p.93), como forma de superar descompasso conceituais, inadequações entre finalidades e metodologias e os conseqüentes problemas de natureza política, ideológica e técnica. Trata-se de um exercício crítico que, utilizando recursos da meta-avaliação, deve envolver toda a comunidade num processo de reflexão sobre a prática da avaliação. Baseando-se em experiências internacionais e nacionais, propõe que a participação da comunidade universitária se ex-

preste mediante conselhos interinstitucionais autônomos e cooperativos, com função de meta-avaliação, no sentido de "identificação - e estabelecimento de um amplo debate visando ao consenso - de padrões e critérios políticos, éticos e de utilidade para a orientação de estudos e projetos de avaliação" (p.99). A autora apresenta um estudo de meta-avaliação, baseado teoricamente em Habermas e Aoki, que constitui um excelente exercício teórico-metodológico de auto-reflexão acerca dos projetos e processos avaliativos no atual quadro educacional.

No Capítulo V, "Avaliação institucional como um 'organizador' qualificado: na prática, é possível repensar a universidade?", Morosini e Leite analisam a experiência do Programa Nacional de Avaliação (Paiub) e do projeto de avaliação emancipatória, em desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para demonstrar que a avaliação institucional pode constituir-se um meio possível

para repensar a instituição universitária e seus compromissos sociais. Metodologicamente, as autoras retomam a trajetória histórica da relação entre Estado, Sociedade e Sistema de Ensino Superior, até chegar ao atual "Estado Avaliativo", que associa avaliação institucional e qualidade universitária. A proposta é olhar o processo avaliativo das instituições a partir de uma postura sobre a sociedade, que fundamenta a relação entre Estado e Universidade, em detrimento da atenção ao atendimento do Estado avaliativo e de suas posições neoliberais. Isto porque "o objetivo da avaliação institucional deve ser conquistado, numa perspectiva pela qual a 'restauração do sujeito' diante das grandes teorias macros-sociais aponta para a busca de equilíbrio entre o determinismo social e as subjetividades individuais" (p. 124). Com base nesse princípio fundamental, as autoras justificam a necessidade da avaliação institucional, uma vez que "é possível recuperar a instituição a partir da avaliação. Como um 'organizador'

privilegiado, a avaliação favorece este repensar" (p.145).

No Capítulo VI, "Um sistema de indicadores para as universidades brasileiras", Schwartzman, em consonância com as tendências avaliativas oficiais, defende a necessidade de construção de um corpo orgânico de indicadores qualificados para a universidade brasileira, em termos de uma sistematização e organização de dados estatísticos, que possibilitem maiores possibilidades de análise, comparação e comunicabilidade por parte dos diferentes agentes envolvidos com a própria universidade, o Estado e a Sociedade. Para o autor, diante das atuais demandas, "o principal problema está na ausência de um conjunto de dados e informações que possa ser considerado como representativo do conjunto das

universidades em seus vários aspectos" (p.150). No sentido de superar esse problema, Schwartzman discute, num primeiro momento, a conceituação acerca dos indicadores, para, em seguida, classificar os indicadores mais utilizados no Brasil segundo objetivos específicos. Finalmente, o autor sugere novos indicadores que possam contribuir para uma compreensão mais acurada do sistema universitário brasileiro.

Avaliação universitária em questão é uma obra que, pela atualidade e pertinência, é indispensável não só para os pesquisadores da temática do ensino superior no Brasil, mas para todos os que se interessam pelos rumos da universidade brasileira, no bojo dos debates político-educacionais e dos dilemas das práticas políticas dos anos 90.

Mara Rúbia Alves Marques Veríssimo
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica